

RECURSO ESPECIAL Nº 1.327.736 - ES (2012/0118430-8)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : JOSÉ DOMINGOS DE ALMEIDA
ADVOGADO : PATRÍCIA SANTOS DA SILVEIRA E OUTRO(S) - ES007056
RECORRIDO : GRÁFICA AQUARIUS LTDA
ADVOGADO : ISAAC PANDOLFI E OUTRO(S) - ES010550

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por JOSÉ DOMINGOS DE ALMEIDA, contra acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. 1) fase de cumprimento da sentença. Autos apartados. Desnecessária apresentação do título executivo judicial. 2) ART. 657, DO CPC. REDAÇÃO DE ACORDO COM A LEI 11.382/2006. RATIO ESSENDI. OPORTUNIDADE DE CONTRADITÓRIO ANTE A SUBSTITUIÇÃO DO BEM INICIALMENTE OFERTADO PELO DEVEDOR. 3) art. 620, do CPC. Observância necessária. Penhora de valores. Prejuízos de alta monta à pessoa jurídica. 4) DENUNCIAÇÃO À LIDE. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO REGULAMENTAR NA TABELA UTILIZADA PELO ÓRGÃO DE CLASSE APLICABILIDADE DO ART. 20, §§1º E 4º DO CPC MATÉRIA PRECLUSA A DISCUSSÕES NESTE SODALÍCIO. 5) DENUNCIAÇÃO A LIDE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO EXPRESSA NA TABELA DE HONORÁRIOS DA OAB/ES. APLICAÇÃO POR ANALOGIA DO CAPÍTULO V, Nº 25, ALÍNEA Â, DA RESOLUÇÃO 001/2005. 6) DECISUM QUE REJEITA LIMINARMENTE, A LITISDENUNCIAÇÃO. REDUÇÃO NECESSÁRIA DOS RESPECTIVOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS EM 1/3 SUBSUNÇÃO DO CASO AO DISPOSTO NO ART. 22, §3º, DA LEI 8.906/94. EXCESSO DE EXECUÇÃO VISLUMBRADO. RECURSO PROVIDO.

1) A despeito do juízo de piso ter determinado o processamento em autos apartados do procedimento relativo à fase de cumprimento da sentença desnecessária a apresentação do título judicial tendo em vista a definitividade da decisão que a embasa.

2) O legislador pretendeu que ao executado fosse dada a oportunidade de apresentar ao exequente outros bens para serem penhorados, no lugar dos que foram inicialmente ofertados. Ao oferecer em penhora determinados bens, o credor tem direito de rejeitá-los de forma fundamentada, podendo o magistrado, nesse caso, determinar que o próprio exequente nomeie bens passíveis de constrição judicial. Contudo, na hipótese de se substituir os bens que foram inicialmente ofertados pelo devedor,

crucial, pelo novel art. 657 do CPC (na redação dada pela Lei 11.382/2006) oportunizar um contraditório, no intuito de o devedor manifestar-se acerca da recusa do credor e igualmente, submeter novos bens ao crivo do exequente.

3) A penhora on line de quantias da conta corrente da empresa - sem que lhe tenha sido oportunizado o contraditório - pode lhe causar gravames de alta monta inclusive em relação ao pagamento de seus funcionários, merecendo observância, portanto o disposto no art. 620, do CPC.

4) Ao empreender a condenação em honorários advocatícios no incidente de denunciação da lide por ocasio da audiência preliminar, laborou o juízo de pisoem equívoco. A tabela utilizada pelo d. Magistrado para a condenação em honorários refere-se a valores estipulados pelo órgão de classe para a cobrança de honorários contratuais e não sucumbenciais. Ademais a atuação do agravado no incidente de denunciação da lide não encontra correspondência exata com nenhum dos procedimentos previstos na Resolução 001/2005 que regulamentou os valores a serem cobrados pelos advogados por ocasião da contratação de seus serviços. A fixação dos honorários, in casu, deveria ter sido implementada com base no art. 20 §§ 1º e 4º do CPC. A despeito da equivocada fixação perpetrada pelo juízo de piso, tal dexisão não pode mais ser revista por este Sodalício, vez que fulminada pelo instituto da preclusão.

5) Sendo a denunciação da lide uma ação regressiva in simultaneus processus, o que mais se aproxima de sua natureza dentre os procedimentos previstos na tabela da OAB/ES é, sem dúvida, o indicado no Capítulo V, nº 25, alínea b, da Resolução 001/2005 que estabelece a cobrança do valor de 80 URH para os processos de conhecimentos afetos ao rito ordinário Assim, por uma simples operação de multiplicação do valor previsto na tabela da OAB para o rito ordinário (80 URH) pelo coeficiente indicado no decisum de piso (1,5 [um e meio]), chega-se à quantia equivalente a 120 (cento e vinte) URH.

6) Não se pode olvidar, contudo, que a lide secundária instaurada com a denunciação da lide,foi fulminada logo em sua fase inicial. Assim, considerando o fato de que a atuação do Agravado como causídico no incidente de denunciação da lide se restringiu à oferta da peça de defesa, não parece correta a implementação da penhora sobre o valor correspondente a 120 (cento e vinte) URH, uma vez que a quantia devida a título de honorários advocatícios deve ser encontrada pelo seu equacionamento em três partes iguais, conforme expressa determinação do §3º, art. 22, do Estatuto da Ordem (Lei 8.906/94), chegando-se, pois, ao resultado final de 40 (quarenta) URH. Recurso provido (fls. 130/132).

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 156/164).

O recorrente aponta ofensa aos arts. 535, 467, 471 e e73 do CPC/73, em síntese, insurgindo-se contra o reconhecimento do excesso de execução e a consequente modificação do valor dos honorários.

Alega que o tribunal *a quo* deixou de se manifestar sobre erro material relativo à impossibilidade de revisão do aresto agravado, em razão da ocorrência de coisa julgada quanto à questão dos honorários. A teor das razões, o "*flagrante erro material existente com relação a inexistência de recurso, em tempo hábil, contra decisão que fixou os honorários, o que impossibilitaria a reforma do julgado para diminuição do valor fixado, apontada nos embargos declaratórios, permaneceram após o julgamento dos aclaratórios*" (fl. 185).

Acrescenta que a ocorrência de coisa julgada impediria a revisão do valor fixado a título de honorários advocatícios. Argumenta que "*não houve excesso de execução como afirmado pelo Julgador a quo, vez que o valor executado o fora nos precisos limites do determinado na decisão monocrática, qual seja, 120 (cento e vinte) URH's. 14.2. Contra essa fixação não se insurgiu a recorrida, no momento oportuno, redundando no trânsito em julgado da decisão. [...] Assim, in casu, data máxima vênia, encontra-se fulminada de erros a decisão recorrida, vez que, se contra a decisão que julgou improcedente a denunciação da lide e fixou os honorários advocatícios, não se insurgiu a recorrida, não poderia em sede de recurso de agravo de instrumento, interposto contra decisão que julgou improcedente a impugnação a execução, requerer a diminuição do valor fixado*" (fls. 197/198).

Contrarrazões às fls. 209/212.

É o relatório. Passo a decidir.

Nos termos do Enunciado 2 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*".

Trata-se, na origem, de agravo de instrumento interposto por GRÁFICA AQUARIUS LTDA (ora recorrida), contra decisão que rejeitou impugnação por ela apresentada quando da execução de honorários de sucumbência promovida pelo recorrente.

Segundo o acórdão recorrido, no aludido agravo, "*sustent[ou] a agravante que ao ser acionada em ação de indenização por danos materiais e morais, apresentou denunciação da lide, cujo incidente restou rejeitado pelo juízo de piso com a fixação de*

honorários advocatícios sucumbenciais à ordem de 1,5 (uma vez e meia) o valor médio previsto na tabela da OAB/ES. Esclarece[u] que tendo referida decisão se tornado definitiva, requereu o agravado o seu cumprimento quanto aos honorários sucumbenciais fixados" (fl. 133).

O tribunal estadual deu provimento ao agravo de instrumento, da ora recorrida, *"para, julgando procedente a impugnação ofertada pela agravante, determinar: 1º) que seja oportunizado à agravante o necessário contraditório acerca da rejeição pelo agravado do bem pela mesma ofertado: 2º) que a penhora seja efetivada com base no valor correspondente a 40 (quarenta) URH" (fl. 136).*

Seguiu-se recurso especial interposto pelo então agravado, JOSÉ DOMINGOS DE ALMEIDA, inconformado com o reconhecimento do excesso de execução e a consequente modificação do valor dos honorários.

A irresignação, entretanto, não merece prosperar.

De início, não se verifica a alegada ofensa ao art. 535 do CPC/73, considerando que o acórdão recorrido adotou fundamentação suficiente à resolução da controvérsia. É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.170.313/RS; REsp 494.372/MG, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS; AgInt no AREsp 790.307/RS; AgInt no AREsp 1.073.427/RS.

Na espécie, alega o recorrente que o tribunal *a quo* deixou de se manifestar sobre erro material relativo à impossibilidade de revisão do aresto agravado, em razão da ocorrência de coisa julgada quanto à questão dos honorários.

A respeito, observa-se que o tribunal estadual assinalou que houve equívoco do juízo de piso ao fixar os honorários advocatícios, ressaltando que (a) a tabela utilizada pelo magistrado não se referia a honorários de sucumbência, (b) *"a atuação do ora recorrente no incidente de denunciação da lide não encontra correspondência exata com nenhum dos procedimentos previstos na Resolução 001/2005 que regulamentou os valores a serem cobrados pelos advogados por ocasião da contratação de seus serviços"* (fl. 135) e (c) os honorários deveriam ter sido fixados com base no art. 20, §§ 1º e 4º do CPC/73. **Consignou, entretanto, que, "a despeito da equivocada fixação perpetrada**

pelo Juízo de piso tal decisão não pode mais ser revista por este Sodalício, vez que fulminada pelo instituto da preclusão" (fl. 135).

Prosseguindo, não procede a alegação de que a ocorrência de coisa julgada impediria a revisão do valor fixado a título de honorários advocatícios.

A Corte de origem, como destacado, consignou que, a despeito de equivocada, a decisão que fixou honorários na forma mencionada não poderia ser revista, em razão da preclusão. O acórdão recorrido, todavia, concluiu pelo excesso de execução, a partir do exame daquilo que estabeleceu a decisão impugnada. Confira-se no acórdão recorrido:

Por fim, sustenta a agravante a ocorrência de excesso de penhora sob o argumento de que o agravado, ao elaborar a memória discriminada de cálculos, teria incidido em erro por haver considerado todo o procedimento e não apenas a parte em que causídico, em expressa afronta ao disposto no artigo 22, § 3º, da Lei 8.906/94.

Pois bem, após detida análise da matéria, não vejo como não encampar os fundamentos apresentados pela agravante.

Permitam-me, contudo - antes de adentrar no exame da quarta suscitada pela agravante -, tecer algumas considerações sobre a decisão cujo cumprimento se reclama. Nessa esteira, ao empreender a condenação em honorários advocatícios no incidente de denunciação da lide, por ocasião da audiência preliminar laborou o juízo de piso em equívoco. A uma, porque a tabela utilizada pelo d. Magistrado para a condenação em honorários, refere-se a valores estipulados pelo órgão de classe para a cobrança de honorários contratuais e não sucumbenciais. A duas porque a atuação do agravado no incidente de denunciação da lide não encontra correspondência exata com nenhum dos procedimentos previstos na resolução 001/2005 que regulamentou os valores a serem cobrados pelos advogados por ocasião da contratação de seus serviços. A três, porque a fixação dos honorários in casu, deveria ter sido implementada com base no art. 20, parágrafos 1º e 4º do CPC.

No entanto, a despeito da equivocada fixação perpetrada pelo Juízo de piso tal decisão não pode mais ser revista por este Sodalício, vez que fulminada pelo instituto da preclusão.

Assim, feitas estas considerações, devemos nos ater a análise do preceito condenatório exequendo, o qual restara assim estabelecido: "Fica a demandada responsável pelas custas processuais da denunciação, bem como pelos honorários advocatícios da denunciada, os quais fixo em 1,5 (uma vez e meia) o valor médio previsto na Tabela da OAB/ES para os serviços desempenhados neste processo pelos causídicos que a

assistem."

É de se notar que, sendo a denunciação da lide uma ação regressiva, in simultaneus processus, o que mais se aproxima de sua natureza dentre os procedimentos previstos na tabela da OAB/ES, é sem dúvida o indicado no Capítulo V, n° 25, alínea b, da Resolução 001/2005 que estabelece a cobrança do valor de 80 URH para os processos de conhecimentos afetos ao rito ordinário.

Assim, por uma simples operação de multiplicação do valor previsto na tabela da OAB para o rito ordinário (80 URH) pelo coeficiente indicado no decisum de piso (1,5 [um e meio]), chega-se a quantia equivalente a 120 (cento e vinte) URH.

Não se pode ouvir, contudo, que a lide secundária instaurada com a denunciação da lide, foi fulminada logo em sua fase inicial, pelo que, entendendo correto o argumento da agravante no sentido de ser de imperiosa aplicação, ao caso em exame, a norma disposta no § 3º do art. 22 do Estatuto da Ordem (Lei 8.906/94), que assim dispõe:

"Art 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.

(...)

§ 3º. Salvo estipulação em contrário, 1/3 (um terço) dos honorários é devido no início do serviço, outro terço até a decisão de primeira instância e o restante no final."

Assim, considerando o fato que a atuação do Agravado como causídico no incidente de denunciação da lide se restringiu à oferta da peça de defesa, não parece correta a implementação da penhora sobre o valor correspondente a 120 (cento e vinte) URH, uma vez que a quantia devida a título de honorários advocatícios deve ser encontrada pelo seu equacionamento em três partes iguais, conforme expressa determinação do § 3º do art. 22 do Estatuto da Ordem, chegando-se pois ao resultado final de 40 (quarenta) URH.

Explique-se melhor: tendo a fase de cumprimento de sentença se iniciado com base na quantia de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais [conversão em moeda nacional do valor equivalente a 120 URH]), há de se reconhecer o excesso de execução praticado, vez que pleiteada quantia muito superior a do título que, em valores equivalentes a 40 URH, alcançaria o montante de R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais).

Ante o exposto, conheço do agravo de instrumento e, no mérito, DOU-LHE PROVIMENTO para, julgando procedente a impugnação ofertada pela Agravante, determinar: 1º) que seja oportunizado à Agravante o necessário contraditório acerca da rejeição pelo agravado do bem pela mesma ofertado; 2º) que a penhora seja efetivada com base no valor correspondente a 40 (quarenta) URH" (fls. 135/136).

Nessa linha, não se verifica a ofensa apontada pela parte recorrente.

Ante o exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**

Relator

